

**IGREJA METODISTA UNIDA EM MOÇAMBIQUE
CONFERÊNCIA NORTE DO SAVE
JOVENS ADULTOS METODISTAS UNIDOS**



REGULAMENTO

(Proposta)

Agradecimentos

Agradecemos aos irmãos que produziram a primeira versão dos regulamento, nomeadamente Atanásio Chacanane, Humberto Guibunda, Lúdia Gulele, ao saudoso Zacarias Massicame, porque iniciaram a obra – o mais difícil – que nos coube continuar; agradecemos ao irmão Timóteo Comé, anterior Presidente da Comissão, pela sábia liderança que imprimiu, agradecemos a todos aqueles que directa ou indirectamente contribuíram para o nascimento desta obra tão ansejada e a DEUS, a fonte da qual brotou a inspiração para fazer surgir estes regulamento.

A Comissão

Décio Magueza

Jane Mutsuque

Maurício Carlos Raúl

Óscar Zeferino

Salmina Mutsuque

Tibúrcio Chembeze

Yónisse Helena Manuel

IGREJA METODISTA UNIDA EM MOÇAMBIQUE
ÁREA CONFERÊNCIAL NORTE DO SAVE
ORGANIZAÇÃO METODISTA UNIDA DE JOVENS ADULTOS

Proposta de Regulamento

Preâmbulo

Na Igreja Metodista Unida em Moçambique, os seus membros estão agregados em diversas Organizações, de acordo com os seus escalões etários e sexo, tendo como fim último a confraternização mútua e troca de experiências no âmbito da adoração, edificação e redenção do mundo.

É neste contexto que, ao abrigo do n.º 3 do Artigo 160 do Livro de Disciplina da Igreja Metodista Unida, os Jovens Adultos decidiram elaborar a presente proposta de Regulamento, a qual, a ser aprovada, se pretende que seja o instrumento de orientação e funcionamento da Organização.

CAPÍTULO I

DO NOME E DOS OBJECTIVOS

Artigo 1 (Definição)

Os Jovens Adultos definem-se como uma organização de crentes de ambos os sexos, que juntamente oram na busca do poder da santidade, velando uns pelos outros em amor e recebendo a palavra de exortação para obrar a sua salvação.

Artigo 2 (Nome)

Os Jovens Adultos, assim organizados, são designados **Jovens Adultos Metodistas Unidos**, e adoptam a abreviatura **JAMU**.

Artigo 3 (Objectivos)

São objectivos dos Jovens Adultos Metodistas Unidos os seguintes:

- a) Desenvolver a experiência cristã nos domínios da adoração e do cultivo espiritual no seio da Organização;
- b) Empenhar-se na dinamização da expansão do evangelho;
- c) Cultivar e desenvolver o espírito de amor ao próximo, através da realização de obras de auxílio, promoção de visitas, ajuda e cooperação mútuas;
- d) Promover a realização de estudos sobre vários assuntos de seu interesse, através de palestras, seminários, debates, convívios e outros meios ao seu alcance, para a vida da Organização, da Igreja e da Organização no geral;
- e) Promover actividades que cultivem e desenvolvam a boa confraternização e recreação cristãs;
- f) Proteger a moral e os valores humanos das comunidades locais, e as cristãs em especial, bem como preparar os Jovens Adultos no sentido de encarar positivamente a vida conjugal;
- g) Cooperar, confraternizar e trocar experiências com todas organizações congéneres na Igreja Metodista, assim como de outras Igrejas irmãs.

CAPÍTULO II

DO LEMA, VERSÍCULO E ORAÇÃO

Artigo 4 (Lema)

O Lema da Organização de Jovens Adultos Metodistas Unidos é: **“Cristo, o Redentor”** que se baseia nas escrituras sagradas, no Livro de S. Mateus 20: 28.

Artigo 5 (Versículo)

O Versículo da Organização de Jovens Adultos Metodistas Unidos é: **“Porque Cristo ofereceu-se por nós, ofereçamo-nos também no serviço de salvação dos outros”** (1 João 3: 16 b).

Artigo 6 (Oração)

A Oração da Organização de Jovens Adultos Metodistas Unidos é: **“Ensina-me a fazer a tua vontade, pois és meu Deus. Guia-me o teu bom espírito por terra plana”**. Amem! – (Salmos 143: 10).

Artigo 7 **(Símbolos da Organização)**

Os símbolos da Organização de Jovens Adultos Metodistas Unidos são: Hino Oficial, Emblema e as Cores

1. Hino Oficial

O Hino Oficial da OJAMU é “ **OH JOVENS ADULTOS DA IGREJA METODISTA**”, inspirado no Livro de S. Marcos 16: 15.

2. Significado do Emblema

- **Bíblia** – representa a arma cristã disponível a todo momento para expansão do evangelho;
- **Estrela** – representa a luz que Deus usou aos magos para descoberta do lugar onde Jesus nasceu. A luz que é necessária para iluminar aos que necessitam de Jesus;
- **Cruz e Chama Dupla** - símbolo da Igreja Metodista Unida;
- **Círculo** – significa a união dos irmãos de mãos dadas unindo forças para a luta contra o satanás.
- **Laço** – significa a união dos Jovens com Cristo.



3. Significado das Cores

- **Verde** – é uma cor de esperança e expectativa. Os Jovens Adultos estão cientes do novo mundo onde Jesus reinará.
- **Azul** – é considerada a cor da imortalidade e da fé. Indica a vida da graça e do crescimento vigoroso da Igreja nos Jovens Adultos.
- **Amarelo** - é a cor que significa a luz.
- **Branco** – é a cor que representa a paz entre os irmãos em Cristo.

CAPÍTULO III

DOS MEMBROS

Artigo 8 **(Qualidade de membros)**

1. É membro da Organização de Jovens Adultos todo o indivíduo pertencente à Igreja Metodista Unida em Moçambique, que tenha idade compreendida entre os 25 a 35 anos.
2. Podem ainda integrar nos Jovens Adultos Metodistas Unidos os membros da Igreja que tenham idade inferior a 25 anos (a partir dos 22 anos) ou superior a 35 anos (até 40 anos no máximo), desde que não se sintam em condições de se integrar as restantes Organizações, devendo para o efeito manifestar a sua vontade de ingresso na JAMU.
3. A qualidade de membro adquire-se mediante a apresentação do candidato no respectivo Cargo Pastoral, em sessão solene, devendo ser feito o seu acompanhamento para integração efectiva na Organização.

Artigo 9 **(Elegibilidade)**

1. Podem ser eleitos para os órgãos directivos da Organização os membros com idade igual ou inferior a 35 anos e todos membros integrados.

Artigo 10

(Deveres dos membros)

São deveres dos membros da JAMU os seguintes:

- a) acatar e respeitar os Regulamento, as resoluções e demais normas reguladoras da vida da Organização, bem como as normas estabelecidas no Livro de Disciplina da Igreja;
- b) contribuir moral e materialmente para o crescimento da Organização;
- c) ser assíduo e estar presente pontualmente nas sessões da Organização e tomar parte activa nelas;
- d) aceitar e exercer com zelo e dedicação os trabalhos e cargos directivos para os quais forem eleitos, assumindo um comportamento disciplinar exemplar nas relações de trabalho e fora delas, mediante a manifestação de boas obras e uma moral sã;
- e) ajudar os demais membros a crescer espiritualmente mediante exortações e aconselhamentos para uma vida de acordo com a conduta cristã;
- f) contribuir para o crescimento qualitativo e quantitativo do grupo, trazendo novos membros para a família cristã.

Artigo 11

(Direitos dos membros)

São direitos dos membros da JAMU os seguintes:

- a) eleger e ser eleito para os Órgãos da Organização ou noutros em que a Organização deve estar representado, nos termos das normas vigentes.
- b) propor o que julgar útil para a consecução dos objectivos da Organização;
- c) participar na discussão de questões da vida da Organização e apresentar críticas e propostas;
- d) discutir e reclamar a todos os níveis sobre as infracções cometidas por qualquer órgão ou membro da Organização;
- e) não sofrer quaisquer sanções sem ser previamente ouvido em processo organizado perante a instancia competente;
- f) usufruir os outros direitos que forem estabelecidos em instrumentos específicos;
- g) renunciar à sua qualidade de membro junto da direcção da Organização no Cargo Pastoral.

Artigo 12

(Disciplina)

- 1. Todos os membros que violam o Regulamento da Organização, não cumpram as decisões, abusam das suas funções e que de qualquer forma prejudicar o prestígio da Organização, serão aplicadas sanções;
- 2. O objectivo das sanções é a educação e reabilitação moral e espiritual dos membros;
- 3. Antes da decisão de sancionar, as acusações devem ser cuidadosamente analisadas e devidamente comprovadas.
- 4. Os membros devem ser previamente ouvidos em todas as acusações.
- 5. As sanções só podem ser aplicadas pela conferência do Cargo Pastoral ou dos níveis superiores a esta.
- 6. As sanções aplicáveis na Organização são:
 - a) **Advertência:** Serão objecto de advertência atitudes de manifesta indisciplina, desleixo, falta de respeito e consideração para com os restantes membros.
 - b) **Repressão registada:** Serão dirigidas críticas registadas aos membros que demonstrem atitudes de falta de consciência, corrupção de qualquer natureza e não acatamento das ordens emanadas de órgãos superiores.
 - c) **Expulsão:** Poderão ser expulsos os membros da Organização que manifestem, de forma reiterada, atitudes abusivas, desrespeito, irresponsabilidade, desleixo e todo comportamento incorrecto que desprestigie a Organização e a Igreja.

Artigo 13

(Readmissão)

- 1. Os membros que tenham renunciado ou expulsos podem ser readmitidos nos termos regulamentados em instrumento próprio.
- 2. A readmissão será feita pela conferência que aceitou a sua renúncia ou decidido a sua expulsão, depois de provar o seu arrependimento e mostrar o comportamento admissível na Igreja.
- 3. A readmissão de quem tenha sido expulso ou renunciado só pode ocorrer uma vez.

Artigo 14

(Recurso)

1. Os membros da JAMU podem recorrer das sanções que lhes forem aplicadas às Conferências imediatamente superiores, exceptuando as que tenham sido aplicadas pela Conferência Anual da Organização, onde não cabe recurso.

CAPÍTULO IV

DOS ÓRGÃOS DA ORGANIZAÇÃO

SECÇÃO I

DOS ÓRGÃOS GERAIS

SUBSECÇÃO I

CONFERÊNCIA ANUAL

Artigo 15

(Conferência Anual)

1. A Conferência Anual é o órgão máximo da Organização de Jovens Adultos e reúne-se ordinariamente uma vez por ano, em local, data e hora previamente marcados pela Conferência anterior e é dirigida pelo Presidente Geral da Organização.
2. A Conferência Anual reunir-se-á extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente Geral ou a pedido de pelo menos dois terços dos membros da Direcção Geral, para deliberar sobre assuntos de carácter urgente e inadiável.

Artigo 16

(Composição)

1. A Conferência Anual dos Jovens Adultos é composta pelos seguintes membros, com direito a voto:
 - a) Presidente Geral;
 - b) Vice-Presidente Geral;
 - c) Secretário Geral;
 - d) Vice-Secretário Geral;
 - e) Tesoureiro Geral;
 - f) Mordomo Geral;
 - g) Secretário Estatístico Geral;
 - h) Evangelista Geral;
 - i) Redactor Geral;
 - j) Presidente de Projectos;
 - k) Presidente das Finanças
 - l) Director de Educação Cristã;
 - m) Presidente da Org e Conferência Geral;
 - n) Responsável da Roupa de Membro em Pleno Compromisso;
 - o) Presidente de Assuntos Sociais e Disciplinares;
 - p) Protocolo;
 - q) Os Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões a nível Geral;
 - r) Os Presidentes e Vice-Presidentes Distritais;
 - s) Dois delegados por Distrito;
 - t) Os Presidentes e Vice-Presidentes dos Cargos Pastorais;
 - u) Dois delegados por Cargo Pastoral;

- v) Membros a serem designados para o efeito no início de cada Sessão Conferencial.
2. Na Conferência Anual participam ainda como membros *ex-officio* o Bispo Residente, os Superintendentes Distritais, os Párocos bem como a Família Conselheira.

Artigo 17
(Competências)

1. Compete à Conferência Anual da JAMU decidir sobre os aspectos gerais da vida da Organização.
2. Compete ainda à Conferência Anual dos Jovens Adultos Metodista Unidos:
 - a) conferir e deliberar sobre os relatórios dos diversos Órgãos Gerais e outras entidades que respondem a nível Geral;
 - b) discutir e deliberar sobre assuntos específicos apresentados pelas comissões executivas dos Distritos Eclesiásticos;
 - c) aprovar os planos e projectos de desenvolvimento e o Orçamento do Organização para o ano seguinte;
 - d) fixar o valor dos deveres dos Distritos;
 - e) deliberar sobre a proposta de alteração dos Regulamentos da Organização.

Artigo 18
(Deliberações)

1. A Conferência Anual da JAMU reúne estando presente pelo menos metade dos seus membros.
2. Não havendo *quórum* à hora previamente marcada para o início da sessão, esta reunir-se-á e deliberará validamente com qualquer número de membros presentes, duas horas depois.
3. As deliberações da Conferência são tomadas por maioria simples dos votos dos membros presentes e, as suas decisões tomam a forma de resoluções;
4. É requerida a maioria de dois terços para que a Conferência delibere sobre:
 - a) alteração dos Regulamento da Organização;
 - b) dissolução da Organização;
 - c) alteração do valor dos deveres anuais dos Distritos;

SUBSECÇÃO II

COMISSÃO EXECUTIVA GERAL

Artigo 19
(Composição)

1. A Comissão Executiva Geral é composta pelos seguintes membros:
 - a) Presidente Geral da Organização, que a dirige;
 - b) Vice-Presidente;
 - c) Secretário;
 - d) Vice-Secretário;
 - e) Tesoureiro;
 - f) Mordomo;
 - g) Evangelista;
 - h) Secretário Estatístico;
 - i) Redactor;
 - j) Maestro;
 - k) Presidente de Projectos;
 - l) Presidente das Finanças;
 - m) Director de Educação Cristã;
 - n) Presidente da Org. e Conferência;
 - o) Responsável da Roupas de Membro em Pleno Compromisso;
 - p) Presidente de Assuntos Sociais e Disciplinares;

- q) Protocolo;
 - r) Presidentes das Comissões a nível Geral;
 - s) Presidentes e Vice-Presidentes Distritais;
 - t) O Bispo Residente;
 - u) A Família Conselheira;
 - v) O Superintendente do Distrito hospedeiro.
2. A Comissão Executiva Geral reúne-se ordinariamente três vezes por ano, sendo a primeira no início do ano para desenhar as estratégias de acção para a implementação do plano aprovado na conferência anterior, a segunda no meio para avaliação da execução do plano e a terceira anteceder a Conferência ou extraordinariamente, devendo para tal ser convocada pelo Presidente Geral ou por pelo menos dois terços dos seus membros.

Artigo 20

(Competências)

1. A Comissão Executiva Geral é o órgão de decisão da Organização no intervalo entre as Sessões da Conferência Anual e decide sobre aspectos relativos à organização e funcionamento da Organização.
2. Compete ainda à Comissão Executiva Geral:
 - a) cumprir e fazer cumprir as deliberações (decisões e recomendações) da Conferência Anual;
 - b) definir estratégias de acção visando o cumprimento do programa de actividades da Organização;
 - c) relatar sobre as suas actividades à Conferência Anual;
 - d) elaborar e aprovar o calendário de actividades da Organização;
 - e) propor o programa da Conferência Anual.

SUBSECÇÃO III

DIRECÇÃO GERAL

Artigo 21

(Composição)

1. A Direcção Geral dos Jovens Adultos é composta pelos seguintes membros:
 - a) Presidente Geral;
 - b) Vice-Presidente;
 - c) Secretário;
 - d) Vice-Secretário;
 - e) Tesoureiro;
 - f) Mordomo;
 - g) Evangelista;
 - h) Maestro;
 - i) Director de Educação Cristã;
 - j) Presidente de Projectos;
 - k) Presidente das Finanças;
 - l) Secretário Estatístico;
 - m) Presidente de Org. e Conferência;
 - n) Redactor;
 - o) Presidentes das Comissões a nível Geral;
 - p) Responsável da Roupa de Membro em Pleno Compromisso;
 - q) Presidente de Assuntos Sociais e Disciplinares;
 - r) Protocolo;
 - s) Família Conselheira; e
 - t) Bispo Residente.
2. As reuniões da Direcção Geral são convocadas e dirigidas pelo Presidente Geral.

Artigo 22
(Competências da Direcção Geral)

1. São competências da Direcção Geral:
 - a) dirigir a Organização nos intervalos entre as reuniões da Comissão Executiva Geral;
 - b) fiscalizar as actividades das diversas comissões de trabalho da Organização, bem como o desempenho dos membros da Comissão Executiva Geral;
 - c) prestar assistência necessária e ou solicitada pelos distritos eclesiais.

Artigo 23
(Competências do Presidente Geral)

1. São competências do Presidente Geral:
 - a) presidir as sessões da Direcção Geral, Comissão Executiva e da Conferência Anual da Organização;
 - b) coordenar as actividades da Organização;
 - c) cumprir e fazer cumprir os presentes Regulamento;
 - d) representar a Organização, participar como membro de pleno direito nas reuniões do Conselho Conferencial dos Ministérios e na Conferência Anual da Igreja e ainda em diversos fóruns nos quais tenha sido convidado;
 - e) relatar do seu trabalho e das actividades da Organização à Conferência Anual da Igreja;
 - f) visitar, em missão de serviço, os Distritos, assistindo-os no que for necessário;
 - g) designar membros da Direcção ou outros para representá-lo onde for necessário.

Artigo 24
(Competências do Vice-Presidente Geral)

1. São competências do Vice-Presidente Geral:
 - a) coadjuvar o Presidente Geral no exercício das suas funções;
 - b) substituir o Presidente Geral nos seus impedimentos, ou quando o cargo de Presidente Geral ou de qualquer outro membro da Direcção estiver vago;

Artigo 25
(Competências do Secretário e do Vice-Secretário)

1. São competências do Secretário e do Vice-Secretário:
 - a) lavrar em livros apropriados e em tempo útil as actas e resoluções das sessões da Direcção Geral, Comissão Executiva e da Conferência Anual da Organização;
 - b) redigir os relatórios às Conferências Anuais da Organização e da Igreja;
 - c) cuidar do arquivo da Direcção Geral da Organização;
 - d) organizar e actualizar sistematicamente o rol dos membros da Conferência Anual da Organização;
 - e) ocupar-se da correspondência da Organização, nomeadamente convocatórias, cartas, convites, circulares e de outras funções conexas ao secretariado.

Artigo 26
(Competências do Tesoureiro Geral)

1. São competências do Tesoureiro Geral:
 - a) receber, escriturar e guardar os fundos da Organização em conformidade com as normas vigentes na Organização e na Igreja;
 - b) fazer a gestão financeira da Organização de acordo com o orçamento aprovado;
 - c) submeter os livros de registos para efeitos de revisão às Comissões de exames de contas da Organização e da Conferência Anual da Igreja;
 - d) prestar regularmente informação sobre a situação financeira da Organização à Comissão Executiva;
 - e) relatar do seu trabalho à Conferência Anual da Organização.

Artigo 27

(Competências do Mordomo Geral)

1. São competências do Mordomo Geral:
 - a) promover estudos, palestras e debates relacionados com a mordomia em todas as suas diversas manifestações;
 - b) idealizar e dinamizar o processo de angariação de fundos, através de projectos lucrativos;
 - c) relatar sobre o seu trabalho na Conferência Anual da Organização.

Artigo 28

(Competências do Director de Educação Cristã)

1. Compete ao Director de Educação Cristã:
 - a) Coordenar todo trabalho de educação cristã a nível geral;
 - b) Coordenar com o Director de Educação Cristã da Igreja para a promoção da educação cristã em geral e em particular na Organização Metodista Unida dos Jovens Adultos;
 - c) Criar condições para o crescimento espiritual Organização;
 - d) Trabalhar na execução das orientações emanadas pela Conferência Anual;
 - e) Organizar e orientar Seminários de Educação Cristã e da alfabetização da Organização, em coordenação com os seus homólogos;
 - f) Relatar as suas actividades na Conferência Anual da Organização

Artigo 29

(Competências do Secretário Estatístico Geral)

1. Compete ao Secretário Estatístico Geral:
 - a) Produzir modelos de mapas estatísticos e submete-los à Direcção para a sua aprovação;
 - b) Distribuir os mapas estatísticos aos seus homólogos de nível inferior, para seu preenchimento e devolução, dentro dos prazos estabelecidos;
 - c) Propor, organizar e conduzir seminários de estatística;
 - d) Relatar as suas actividades na Conferência Anual da Organização.

Artigo 30

(Competências do Evangelista Geral)

1. Compete ao Evangelista Geral:
 - a) Promover programas de evangelização de acordo com as deliberações da Conferência Anual da Organização e da Igreja em geral;
 - b) Organizar seminários de evangelização e cultivo espiritual, em coordenação com os seus homólogos;
 - c) Trabalhar com a Direcção no sentido de alcançar novas almas para Cristo;
 - d) Consciencializar a Organização a fazer da evangelização uma das tarefas primordiais;
 - e) Relatar o seu trabalho na Conferência Anual da Organização.

Artigo 31

(Competências do Redactor Geral)

1. Compete ao Redactor Geral:
 - a) dinamizar, em coordenação com a Comissão de Comunicação e Publicação, a elaboração do Boletim Informativo da Organização;
 - b) coordenar a recolha de artigos para outros órgãos de informação da Igreja;
 - c) coordenar a distribuição do Boletim aos distritos;
 - d) relatar do seu trabalho na Conferência Anual.

Artigo 32

(Competências do Responsável da Roupa de Membro em Pleno Compromisso)

1. Compete ao Responsável da Roupa de Membro em Pleno Compromisso Geral:
 - a) **Por Colocar...**

Artigo 33

(Competências do Presidente de Assuntos Sociais e Disciplina)

1. São competências do Presidente de Assuntos Sociais e Disciplina:
 - a) aconselhar os membros da Organização para ter um espírito de irmandade e respeito mútuo;
 - b) ajudar os membros da Organização na solução de seus problemas sociais e conjugais;
 - c) promover palestras e estudos de educação moral e religiosa;
 - d) incentivar os membros a ter um comportamento exemplar;
 - e) promover estudos e debates sobre a paz, ética e moral cristã;
 - f) preparar e orientar seminários, palestras e estudos nos Distritos e Paróquias sobre a adolescência e vida conjugal;
 - g) relatar do seu trabalho na Conferência Anual.

SECÇÃO II

DOS ÓRGÃOS DISTRITAIS

SUBSECÇÃO I

CONFERÊNCIA DISTRITAL

Artigo 34

(Conferência Distrital)

1. O órgão máximo da Organização a nível do Distrito é a Conferência Distrital, que reúne-se em sessões ordinárias e extraordinárias, em local, data e hora previamente marcadas pela Conferência Distrital anterior e é dirigida pelo Presidente Distrital.
2. A Conferência Distrital reúne-se extraordinariamente quando convocada pelo Presidente ou a pedido de pelo menos dois terços dos seus membros.

Artigo 35

(Composição)

1. A Conferência Distrital dos Jovens Adultos Metodista Unidos é composta pelos seguintes membros, com direito a voto:
 - a) Presidente Distrital, que a dirige;
 - b) Vice-Presidente;
 - c) Secretário;
 - d) Vice-Secretário;
 - e) Tesoureiro;
 - f) Mordomo;
 - g) Maestro;
 - h) Vice-Maestro;
 - i) Secretário Estatístico;
 - j) Evangelista;
 - k) Vice-Evangelista;
 - l) Director de Educação Cristã;
 - m) Correspondente do Boletim;
 - n) Presidente dos Projectos;
 - o) Responsável da Roupa de Membro em Pleno Compromisso;
 - p) Presidente dos Assuntos Sociais e Disciplinares;
 - q) Protocolo;

- r) Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões;
 - s) Presidentes e Vice-Presidentes dos Cargos Pastorais;
 - t) Delegados dos Cargos Pastorais;
 - u) Membros a serem designados para o efeito no início de cada Sessão Conferencial.
2. Cada Cargo Pastoral enviará à Conferência Distrital dois delegados.
 3. O Superintendente, Pastores e a Família Conselheira participam na Conferência Distrital como membros *ex-officio*.

Artigo 36 **(Competências)**

1. Compete à Conferência Distrital dos Jovens Adultos Metodista Unidos:
 - a) conferir e deliberar sobre os relatórios dos diversos Órgãos Distritais, Cargos Pastorais e de outras entidades que respondem a nível distrital;
 - b) discutir e deliberar sobre os assuntos apresentados pelas Comissões Executivas dos Cargos Pastorais;
 - c) aprovar os planos e projectos de desenvolvimento da Organização, bem como o Orçamento para o ano seguinte;
 - d) fixar o valor dos Deveres dos Cargos Pastorais;
 - e) pronunciar-se sobre as propostas de alteração dos Regulamento.

Artigo 37 **(Deliberações)**

1. A Conferência Distrital reúne estando presente pelo menos metade dos seus membros;
2. As deliberações da Conferência são tomadas por maioria simples dos votos dos membros presentes e as suas decisões tomam a forma de resoluções
3. Não havendo *quórum* à hora previamente marcada para o início da sessão, esta reunir-se-á e deliberará validamente com qualquer número de membros presentes, duas horas depois.
4. É requerida a maioria de dois terços para que a Conferência Distrital delibere sobre a alteração do valor dos deveres distritais dos Cargos Pastorais.

SUBSECÇÃO II

COMISSÃO EXECUTIVA DISTRITAL

Artigo 38 **(Composição)**

1. A Comissão Executiva Distrital é composta pelos seguintes membros:
 - a) Presidente Distrital, que a dirige;
 - b) Vice-Presidente;
 - c) Secretário;
 - d) Vice-Secretário;
 - e) Tesoureiro;
 - f) Mordomo;
 - g) Maestro;
 - h) Vice-Maestro;
 - i) Secretário Estatístico;
 - j) Evangelista;
 - k) Vice-Evangelista;
 - l) Director de Educação Cristã;
 - m) Correspondente do Boletim;
 - n) Presidente dos Projectos;
 - o) Responsável da Roupa de Membro em Pleno Compromisso;
 - p) Presidente dos Assuntos Sociais e Disciplinares;

- q) Protocolo;
 - r) Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões;
 - s) Presidentes e Vice-Presidentes dos Cargos Pastorais;
 - t) Superintendente;
 - u) Família Conselheira;
 - v) Pastor da Paróquia hospedeira.
2. A Comissão Executiva reúne-se em sessões ordinárias bimensalmente e, extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente ou por dois terços dos seus membros.
 3. O Superintendente, a Família Conselheira e Pastor da Paróquia hospedeira participam nas reuniões da Comissão Executiva como membros *ex-officio*.

Artigo 39 **(Competências)**

1. A Comissão Executiva Distrital é o órgão máximo da Organização no intervalo entre as Sessões da Conferência Distrital e a ela compete:
 - a) cumprir e fazer cumprir as decisões e deliberações das Conferências Anual e Distrital;
 - b) definir estratégias de acção visando o cumprimento do programa de actividades da Organização;
 - c) relatar sobre as suas actividades à Conferência Distrital;
 - d) aprovar o calendário distrital de actividades da Organização;
 - e) propor o programa da Conferência Distrital.

SUBSECÇÃO III

DIRECÇÃO DISTRITAL

Artigo 40 **(Composição)**

1. A Direcção Distrital da Organização de Jovens Adultos é composta pelos seguintes membros:
 - a) Presidente Distrital;
 - b) Vice-Presidente;
 - c) Secretário;
 - d) Vice-Secretário;
 - e) Tesoureiro;
 - f) Mordomo;
 - g) Maestro;
 - h) Vice-Maestro;
 - i) Secretário Estatístico;
 - j) Evangelista;
 - k) Vice-Evangelista;
 - l) Director de Educação Cristã;
 - m) Correspondente do Boletim;
 - n) Presidente dos Projectos;
 - o) Responsável da Roupa de Membro em Pleno Compromisso;
 - p) Presidente dos Assuntos Sociais e Disciplinares;
 - q) Protocolo;
 - r) Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões;
 - s) Família Conselheira e
 - t) Superintendente.

2. As reuniões da Direcção Distrital são convocadas e dirigidas pelo Presidente.

Artigo 41

(Competências da Direcção Distrital)

1. São competências da Direcção Distrital:
 - a) dirigir a Organização nos intervalos entre as sessões da Comissão Executiva;
 - b) fiscalizar as actividades das diversas comissões de trabalho da Organização, bem como o desempenho dos membros da Comissão Executiva;

Artigo 42

(Competências do Presidente Distrital)

1. São competências do Presidente Distrital:
 - a) presidir as sessões da Direcção Distrital, Comissão Executiva e da Conferência Distrital;
 - b) coordenar as actividades da Organização;
 - c) cumprir e fazer cumprir o presente Regulamento;
 - d) representar a Organização e participar como membro de pleno direito nas reuniões da Junta Administrativa Distrital e do Conselho Distrital dos Ministérios;
 - e) relatar do seu trabalho e das actividades da Organização na Conferência Anual da Organização e na Conferência Distrital Geral;
 - f) efectuar visitas aos Cargos Pastorais e instituições da Organização;
 - g) estar informado sobre a situação financeira e patrimonial da Organização;
 - h) designar membros para o desempenho de algumas tarefas ou representá-lo onde for necessário.

Artigo 43

(Competências do Vice-Presidente)

1. São competências do Vice-Presidente Distrital:
 - a) coadjuvar o Presidente Distrital no Exercício das suas funções;
 - b) substituir o Presidente Distrital nos seus impedimentos e ocupar o cargo de qualquer outro membro da direcção que estiver vago;

Artigo 44

(Competências do Secretário e do Vice-Secretário)

1. São competências do Secretário e do Vice-Secretário Distrital:
 - a) lavrar em livros apropriados e em tempo útil as actas e resoluções das reuniões da Direcção, Comissão Executiva e da Conferência Distrital;
 - b) redigir os relatórios às Conferências Distritais da Organização e Geral;
 - c) cuidar do arquivo da Direcção;
 - d) organizar e actualizar o rol dos membros da Conferência Distrital;
 - e) ocupar-se da correspondência da Organização, designadamente convocatórias, cartas, convites, circulares e outras tarefas de secretariado.

Artigo 45

(Competências do Director de Educação Cristã)

1. Compete ao Director de Educação Cristã:
 - a) Coordenar todo trabalho de educação cristã a nível Distrital;
 - b) Coordenar com o Director de Educação Cristã do Distrito no geral para a promoção da educação cristã em geral e em particular na Organização de Jovens Adultos Metodista Unidos;
 - c) Criar condições para o crescimento espiritual Organização;
 - d) Trabalhar na execução das orientações emanadas pela Conferência Distrital;
 - e) Organizar e orientar Seminários de Educação Cristã e da alfabetização da Organização, em coordenação com os seus homólogos;
 - f) Relatar as suas actividades na Conferência Distrital da Organização

Artigo 46
(Competências do Tesoureiro)

1. São competências do Tesoureiro:
 - a) receber, escriturar e guardar os fundos da Organização em conformidade com as normas vigentes na Organização e na Igreja;
 - b) fazer a gestão financeira da Organização de acordo com o orçamento aprovado;
 - c) submeter, em tempo útil, os livros de registo para efeitos de revisão às subcomissões de exames de contas da Organização e do Distrito no Geral;
 - d) relatar do seu trabalho na Conferência Distrital e prestar informe regularmente à Comissão Executiva Distrital sobre a situação financeira da Organização.

Artigo 47
(Competências do Mordomo)

1. São competências do Mordomo Distrital:
 - a) despertar nos membros e manter vivo o interesse e a consciência pelo cumprimento dos seus deveres na Organização, na Igreja, na família e na Organização em geral;
 - b) promover estudos, palestras e debates relacionados com a mordomia nas suas diversas vertentes;
 - c) dinamizar o processo de angariação de fundos, idealizando projectos lucrativos ou executando outras tarefas inerentes, que lhe sejam superiormente recomendadas;
 - d) submeter em tempo útil o seu livro de registos à subcomissão de exames de contas do grupo;
 - e) articular a execução da componente financeira das suas funções com o Tesoureiro Distrital.
 - f) relatar do seu trabalho na Conferência Distrital.

Artigo 48
(Competências do Maestro e Vice-Maestro)

1. São competências do Maestro e do Vice-Maestro:
 - a) dirigir e organizar os ensaios e actuações do Coro Distrital da Organização;
 - b) dirigir a congregação no canto durante o culto em que o Coro Distrital da Organização actue como coro celebrante;
 - c) colaborar e cooperar com as Comissões de Cultura e Confraternização e de Culto e Música, na educação musical e noutras actividades afins;
 - d) trocar experiências com outros Maestros no desenvolvimento do canto e da música, dentro do quadro dos objectivos da Organização e da Igreja;
 - e) relatar à Conferência Distrital sobre o seu trabalho;
2. Compete ainda ao Maestro Distrital dirigir os ensaios e actuações do Coro Conferencial quando o respectivo Distrito seja hospedeiro da Conferência Anual da Organização.

Artigo 49
(Competências do Secretário Estatístico)

1. Compete ao Secretário Estatístico Geral:
 - a) Produzir modelos de mapas estatísticos e submete-los à Direcção para a sua aprovação;
 - b) Distribuir os mapas estatísticos aos seus homólogos de nível inferior, para seu preenchimento e devolução, dentro dos prazos estabelecidos;
 - c) Propor, organizar e conduzir seminários de estatística;
 - d) Relatar as suas actividades na Conferência Distrital da Organização.

Artigo 50
(Evangalista e Vice-Evangalista)

1. Compete ao Evangalista Distrital:

- a) Promover programas de evangelização de acordo com as deliberações das Conferências Distrital da Organização e da Igreja em geral;
- b) Organizar seminários de evangelização e cultivo espiritual, em coordenação com os seus homólogos;
- c) Trabalhar com a Direcção no sentido de alcançar novas almas para Cristo;
- d) Consciencializar a Organização a fazer da evangelização uma das tarefas primordiais;
- e) Relatar o seu trabalho na Conferência Distrital da Organização.

Artigo 51

(Competências do Correspondente do Boletim)

1. Compete ao Correspondente do Boletim:
 - a) elaborar e recolher artigos para o Boletim e remeter ao Redactor Geral;
 - b) fazer entrevistas e reportagens sobre os trabalhos da Organização e da Igreja;
 - c) coordenar com a Comissão de Comunicação e Publicação na elaboração e distribuição do Boletim no Distrito;
 - d) relatar do seu trabalho na Conferência Distrital.

Artigo 52

(Competências do Responsável da Roupa de Membro em Pleno Compromisso)

2. Compete ao Responsável da Roupa de Membro em Pleno Compromisso Distrital:
 - b) **Por Colocar...**

Artigo 53

(Competências do Presidente de Assuntos Sociais e Disciplina)

2. São competências do Presidente de Assuntos Sociais e Disciplina:
 - h) aconselhar os membros da Organização para ter um espírito de irmandade e respeito mútuo;
 - i) ajudar os membros da Organização na solução de seus problemas sociais e conjugais;
 - j) promover palestras e estudos de educação moral e religiosa;
 - k) incentivar os membros a ter um comportamento exemplar;
 - l) promover estudos e debates sobre a paz, ética e moral cristã;
 - m) preparar e orientar seminários, palestras e estudos nas Paróquias sobre a adolescência e vida conjugal;
 - n) relatar do seu trabalho na Conferência Distrital .

SECÇÃO III

DOS ÓRGÃOS DOS CARGOS PASTORAIS

SUBSECÇÃO I

CONFERÊNCIA DO CARGO PASTORAL

Artigo 54

(Conferência do Cargo Pastoral)

1. A Organização reúne-se em Conferência do Cargo Pastoral ordinária duas vezes por ano, em data a marcar pela Comissão Executiva do Cargo Pastoral para ouvir e deliberar sobre os relatórios das diversas actividades da Organização no Cargo Pastoral e Igrejas locais, bem como aprovar os planos e orçamento para o ano seguinte. Compete ainda à Conferência do Cargo Pastoral deliberar sobre a exclusão ou perca de qualidade de membro.
2. A Conferência do Cargo Pastoral reúne-se extraordinariamente quando convocada pelo Presidente do Cargo Pastoral ou a pedido de pelo menos dois terços dos seus membros.

Artigo 55

(Composição)

1. A Conferência do Cargo Pastoral é composta pelos seguintes membros, com direito a voto:
 - a) Presidente do Cargo Pastoral, que dirige;
 - b) Vice-Presidente;
 - c) Secretário;
 - d) Vice-Secretário;
 - e) Tesoureiro;
 - f) Mordomo;
 - g) Maestro;
 - h) Vice-Maestro;
 - i) Evangelista;
 - j) Vice-Evangelista;
 - k) Secretário Estatístico;
 - l) Correspondente do Boletim;
 - m) Director de Educação Cristã;
 - n) Presidente dos Projectos;
 - o) Recreação e Cultura;
 - p) Responsável da Roupagem de Membro em Pleno Compromisso;
 - q) Presidente dos Assuntos Sociais e Disciplinares;
 - r) Protocolo;
 - s) Os Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões;
 - t) Presidentes e Vice-Presidentes das Igrejas Locais;
 - u) Membros a serem designados para o efeito no início de cada sessão;
 - v) O Pastor do Cargo;
 - w) A Família Conselheira.
2. O Pastor do Cargo e a Família Conselheira participam na Conferência do Cargo Pastoral como membros *ex-officio*.

Artigo 56

(Deliberações)

1. A Conferência do Cargo Pastoral reúne e delibera validamente estando presente metade dos seus membros;
2. As deliberações da Conferência são tomadas por maioria simples dos votos dos membros presentes e as suas decisões tomam a forma de resoluções.
3. É requerida a maioria de dois terços para que a Conferência delibere sobre a alteração do valor das quotas mensais dos membros e deliberar sobre a exclusão ou perda da qualidade de membro.

SUBSECÇÃO II

COMISSÃO EXECUTIVA DO CARGO PASTORAL

Artigo 57

(Composição)

1. A Comissão Executiva reúne-se em datas previamente marcadas e é composta pelos seguintes membros:
 - a) Presidente do Cargo Pastoral, que dirige;
 - b) Vice-Presidente;
 - c) Secretário;
 - d) Vice-Secretário;
 - e) Tesoureiro;
 - f) Mordomo;
 - g) Maestro;
 - h) Vice-Maestro;
 - i) Evangelista;

- j) Vice-Evangelista;
 - k) Secretário Estatístico;
 - l) Correspondente do Boletim;
 - m) Director de Educação Cristã;
 - n) Presidente dos Projectos;
 - o) Recreação e Cultura;
 - p) Responsável da Roupagem de Membro em Pleno Compromisso;
 - q) Presidente dos Assuntos Sociais e Disciplinares;
 - r) Protocolo;
 - s) Os Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões;
 - t) Presidentes e Vice-Presidentes das Igrejas Locais;
 - u) O Pastor do Cargo;
 - v) A Família Conselheira.
2. O Pastor do Cargo e a Família Conselheira participam nas reuniões da Comissão Executiva como membros *ex-officio*.

Artigo 58 **(Competências)**

1. A Comissão Executiva do Cargo Pastoral dirige a Organização no intervalo entre as duas Conferências e a ela compete:
 - a) cumprir e fazer cumprir as decisões e deliberações da Conferência do Cargo Pastoral;
 - b) definir estratégias de acção visando o cumprimento do programa das actividades da Organização;
 - c) relatar sobre as suas actividades na Conferência Distrital da Organização e na Conferência Paroquial Geral;
 - d) aprovar o calendário de actividades da Organização, a nível Cargo Pastoral;
 - e) aprovar o programa da Conferência do Cargo Pastoral.

SUBSECÇÃO III

DIRECÇÃO DO CARGO PASTORAL

Artigo 59 **(Composição)**

1. A Direcção do Cargo Pastoral é composta pelos seguintes membros:
 - a) Presidente do Cargo Pastoral, que dirige;
 - b) Vice-Presidente;
 - c) Secretário;
 - d) Vice-Secretário;
 - e) Tesoureiro;
 - f) Mordomo;
 - g) Maestro;
 - h) Vice-Maestro;
 - i) Evangelista;
 - j) Vice-Evangelista;
 - k) Secretário Estatístico;
 - l) Correspondente do Boletim;
 - m) Director de Educação Cristã;
 - n) Presidente dos Projectos;
 - o) Recreação e Cultura;

- p) Responsável da Roup de Membro em Pleno Compromisso;
- q) Presidente dos Assuntos Sociais e Disciplinares;
- r) Protocolo;
- s) Os Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões;
- t) Pastor do Cargo;
- u) Família Conselheira.

2. A reunião da Direcção do Cargo Pastoral é convocada e dirigida pelo Presidente.

Artigo 60

(Competências da Direcção Do Cargo Pastoral)

1. São competências da Direcção:
 - a) fiscalizar as actividades das diversas comissões de trabalho da Organização, bem como o desempenho dos membros da Comissão Executiva;
 - b) dirigir o grupo nos intervalos entre as reuniões da Comissão Executiva;

Artigo 61

(Competências do Presidente do Cargo Pastoral)

1. São competências do Presidente do Cargo Pastoral:
 - a) presidir as sessões da Comissão Executiva e da Conferência do Cargo Pastoral;
 - b) coordenar as actividades da Organização a nível do Cargo Pastoral;
 - c) cumprir e fazer cumprir o presente Regulamento;
 - d) representar a Organização e participar como membro de pleno direito nas reuniões dos órgãos directivos da Igreja, designadamente a Junta Administrativa e o Conselho dos Ministérios
 - e) relatar do seu trabalho e das actividades da Organização na Conferência Distrital e na Conferência Paroquial Geral;
 - f) efectuar visitas aos membros e instituições da Organização, em colaboração com o Vice- Presidente;
 - g) verificar o estado dos livros e dos fundos da Organização;
 - h) designar membros para o desempenho de algumas tarefas ou representá-lo onde for necessário.

Artigo 62

(Competências do Vice-Presidente do Cargo Pastoral)

1. São competências do Vice-Presidente do Cargo Pastoral:
 - a) substituir o Presidente nos seus impedimentos e ocupar o cargo de qualquer outro membro da Direcção que estiver vago;
 - b) trabalhar directamente com Comissão de Comunicação e Publicação;
 - c) efectuar visitas aos membros e às instituições da Organização, em colaboração com o Presidente.

Artigo 63

(Competências do Secretariado)

1. São competências do Secretariado:
 - a) lavrar em livros apropriados e em tempo útil, as actas das reuniões da Comissão Executiva e da Conferência, submetendo-as à respectiva aprovação;
 - b) elaborar e dispor na devida ordem a síntese das resoluções, tanto da Comissão Executiva como da Conferência;
 - c) redigir os relatórios por apresentar à Conferência Paroquial e Distrital;
 - d) cuidar do arquivo da Direcção;
 - e) organizar e actualizar o rol dos membros da Direcção, Comissão Executiva e da Conferência Cargo Pastoral, bem como dos membros das Comissões de Trabalho;
 - f) ocupar-se da correspondência da Organização, designadamente convocatórias, cartas, convites e outras tarefas de secretariado;
 - g) trabalhar com a Comissão de Nomeação como membro de pleno direito.

Artigo 64
(Competências do Director de Educação Cristã)

1. Compete ao Director de Educação Cristã:
 - a) coordenar todo trabalho de educação cristã a nível do Cargo Pastoral;
 - b) coordenar com o Director de Educação Cristã do Distrito no geral para a promoção da educação cristã em geral e em particular na Organização de Jovens Adultos Metodista Unidos;
 - c) criar condições para o crescimento espiritual Organização;
 - d) trabalhar na execução das orientações emanadas pela Conferência do Cargo Pastoral;
 - e) organizar e orientar Seminários de Educação Cristã e da alfabetização da Organização, em coordenação com os seus homólogos;
 - f) relatar as suas actividades na Conferência do Cargo Pastoral da Organização

Artigo 65
(Competências do Tesoureiro)

1. São competências do Tesoureiro:
 - a) receber, escriturar e guardar os fundos da Organização, em conformidade com as normas vigentes na Igreja;
 - b) efectuar os pagamentos segundo o orçamento.
 - c) submeter, em tempo útil, os seus livros para a revisão à subcomissão de exame de contas da Organização e do Cargo Pastoral;
 - d) relatar do seu trabalho na Conferência e prestar informe à Comissão Executiva sempre que necessário.

Artigo 66
(Competências do Mordomo)

1. São competências do Mordomo do Cargo Pastoral:
 - a) despertar nos membros e manter vivo o interesse e a consciência pelo cumprimento dos deveres na Organização, na Igreja, na família e na Organização em geral;
 - b) promover estudos, palestras e debates relacionados com a mordomia nas suas diversas vertentes;
 - c) dinamizar o processo de angariação de fundos, idealizando projectos lucrativos ou executando outras tarefas inerentes, que lhe sejam superiormente recomendadas;
 - d) submeter em tempo útil o seu livros de registos à subcomissão de exames de contas da Organização;
 - e) relatar o seu trabalho na Conferência e prestar informe à Comissão Executiva sempre que necessário.

Artigo 67
(Competências do Maestrado)

1. São competências do Maestrado do Cargo Pastoral:
 - a) dirigir e organizar os ensaios e actuações do Coro do Cargo Pastoral da Organização;
 - b) dirigir a congregação no canto durante o culto em que o Coro da Organização actue como coro celebrante;
 - c) colaborar e cooperar com as comissões de cultura e confraternizações, na educação musical e noutras actividades;
 - d) trocar experiências com outros maestros no desenvolvimento do canto e da música, dentro do quadro dos objectivos da Organização e da Igreja;
 - e) relatar à Conferência sobre o seu trabalho e prestar informe sempre que necessário à Comissão Executiva.

Artigo 68
(Competências do Secretário Estatístico)

1. Compete ao Secretário Estatístico do Cargo Pastoral
 - a) Produzir modelos de mapas estatísticos e submete-los à Direcção para a sua aprovação;
 - b) Distribuir os mapas estatísticos aos seus homólogos de nível inferior, para seu preenchimento e devolução, dentro dos prazos estabelecidos;
 - c) Propor, organizar e conduzir seminários de estatística;
 - d) Relatar as suas actividades na Conferência do Cargo Pastoral da Organização.

Artigo 69
(Evangelista)

1. Compete ao Evangelista do Cargo Pastoral:
 - a) Promover programas de evangelização de acordo com as deliberações das Conferências do Cargo Pastoral da Organização e da Igreja em geral;
 - b) Organizar seminários de evangelização e cultivo espiritual, em coordenação com os seus homólogos;
 - c) Trabalhar com a Direcção no sentido de alcançar novas almas para Cristo;
 - d) Consciencializar a Organização a fazer da evangelização uma das tarefas primordiais;
 - e) relatar do seu trabalho na Conferência do Cargo Pastoral.

Artigo 70
(Competências do Correspondente do Boletim)

1. Compete ao Correspondente do Boletim:
 - a) Recolher artigos e remeter ao Correspondente Distrital;
 - b) fazer entrevistas e reportagens sobre os trabalhos da Organização e da Igreja;
 - c) coordenar a distribuição do Boletim no Cargo Pastoral;
 - d) relatar do seu trabalho na Conferência do Cargo Pastoral.

Artigo 71
(Competências do Responsável da Roupa de Membro em Pleno Compromisso)

Compete ao Responsável da Roupa de Membro em Pleno Compromisso Paroquial:

- c) **Por Colocar...**

Artigo 72
(Competências do Presidente de Assuntos Sociais e Disciplina)

3. São competências do Presidente de Assuntos Sociais e Disciplina:
 - o) aconselhar os membros da Organização para ter um espírito de irmandade e respeito mútuo;
 - p) ajudar os membros da Organização na solução de seus problemas sociais e conjugais;
 - q) promover palestras e estudos de educação moral e religiosa;
 - r) incentivar os membros a ter um comportamento exemplar;
 - s) promover estudos e debates sobre a paz, ética e moral cristã;
 - t) preparar e orientar seminários, palestras e estudos sobre a adolescência e vida conjugal;
 - u) relatar do seu trabalho na Conferência do Cargo Pastoral.

Artigo 73
(Comissão de Cultura e Recreação)

1. São competências da Comissão de Cultura e Recreação:
 - a) programar e organizar estudos ou seminários sobre a música e cultura, em coordenação com o maestro;
 - b) trabalhar para a descoberta e desenvolvimento de talentos musicais entre os membros da Organização, bem como incentivar a composição de novos hinos e canções;
 - c) promover o espírito da prática da poesia, bem como desenvolver o teatro, concertos e outras actividades artísticas desde que não sejam contrárias com a moral e ética cristã;
 - d) estabelecer e manter relações de irmandade com todas as organizações de jovens da Igreja Metodista Unida e de outras confissões religiosas;
 - e) promover e orientar diversas actividades recreativas e desportivas do interesse dos jovens, que possam retê-los para o trabalho do Senhor e convidar outros jovens, desde que não contrariem a moral e ética cristã;
 - f) relatar do seu trabalho na Conferência do Cargo Pastoral.

SUBSECÇÃO IV

COMISSÕES DE TRABALHO

Artigo 74 (Designação)

1. Os órgãos de base da Organização de Jovens Adultos Metodista Unidos são as Comissões de Trabalho, a serem constituídas em todos os níveis da Organização, designadamente:
 - a) Comissão de Adoração;
 - b) Comissão de Evangelização e Estado de Membros;
 - c) Comissão de Nomeação;
 - d) Comissão de Finanças;
 - e) Comissão de Mordomia;
 - f) Comissão de Cultura e Recreação;
 - g) Comissão de Patrimónios e Bens;
 - h) Comissão de Projectos e Desenvolvimento;
 - i) Comissão de Assuntos Sociais e Disciplinares;
 - j) Comissão de Comunicação e Publicação;
 - k) Comissão de Organização e Conferências.

Artigo 75 (Comissão de Nomeação)

1. Compete à Comissão de Nomeação propor à Comissão Executiva ou à Conferência da Organização, os nomes dos membros para executar as várias tarefas e ocupar os diferentes cargos na Organização.
2. O processo de selecção e eleição dos membros e candidatos a diversos cargos constará de regulamento próprio a ser aprovado pela Comissão Executiva.

Artigo 76 (Comissão de Finanças)

1. São competências da Comissão de Finanças:
 - a) estudar e propor soluções para todos os assuntos financeiros da Organização;
 - b) elaborar a proposta do orçamento dos trabalhos da Organização nos termos e prazos estabelecidos pelo presente estatuto;
 - c) regulamentar e fiscalizar a forma do uso dos vários fundos da Organização;
 - d) examinar todos os livros das da Organização através duma subcomissão de revisão e exame de contas;

Artigo 77 (Comissão de Mordomia)

1. São competências da comissão de mordomia:
 - a) programar estudos e seminários que elucidem os membros da organização sobre a mordomia nas suas várias vertentes, nomeadamente mordomia de tempo, trabalho, saúde e higiene, finanças e bens, corpo e outras;
 - b) definir as táticas e procurar os meios de angariação de fundos em campanhas de mordomia e outras para projectos específicos;
 - c) criar nos membros da Organização, espírito de responsabilidade no cumprimento dos seus deveres e no gozo dos seus direitos.

Artigo 78 (Comissão de Evangelização e Estado de Membro)

1. São competências da Comissão de Evangelização e Estado de Membro:
 - a) criar condições para ganhar novos membros para a Organização e para Igreja;
 - b) organizar e orientar campanhas de evangelização;

- c) estudar meios de os membros descobrirem a sua vocação no evangelho de Cristo em todos os níveis e fazer propaganda da literatura cristã;
- d) expandir a educação cristã e respectiva literatura;
- e) organizar e orientar campanhas de visitas dos membros da Organização e estudo ou cursos bíblicos.

Artigo 79

(Comissão de Cultura e Recreação)

- 2. São competências da Comissão de Cultura e Recreação:
 - g) programar e organizar estudos ou seminários sobre a música e cultura;
 - h) trabalhar para a descoberta e desenvolvimento de talentos musicais entre os membros da Organização, bem como incentivar a composição de novos hinos e canções;
 - i) promover o espírito da prática da poesia, bem como desenvolver o teatro, concertos e outras actividades artísticas desde que não contrárias com a moral e ética cristã;
 - j) estabelecer e manter relações de irmandade com todas as organizações de jovens da Igreja Metodista Unida e de outras confissões religiosas;
 - k) incentivar a publicação de obras de interesse para membros da Organização, em coordenação com a Comissão de Comunicação e Publicação.

Artigo 80

(Comissão de Adoração)

- 1. São competências da Comissão de Adoração:
 - a) ver a orientação da música nos cultos da Organização e demais programas;
 - b) tratar de todos problemas sobre os cultos;
 - c) organizar e promover actividades visando o estudo de novas liturgias;
 - d) promover estudos de responsabilidade do crente nos cultos de adoração e especiais e, dinamizar a participação de todos os membros da Organização neles.

Artigo 81

(Comissão de Projectos e Desenvolvimento)

- 1. São competências da Comissão de Projectos e Desenvolvimento:
 - a) definir e promover estudos de viabilidade de projectos que permitam o desenvolvimento espiritual e material da Organização;
 - b) elaborar planos que permitam a criação de infra-estruturas para a Organização;
 - c) fazer o registo, controlo e fiscalização de todos os bens e tesouro que a Organização possua.

Artigo 82

(Comissão de Comunicação e Publicação)

- 1. São competências da Comissão de Comunicação e Publicação:
 - a) tratar de todos os assuntos informativos da Organização;
 - b) incentivar a publicação de obras de interesse para os membros da Organização, em coordenação com a Comissão de Cultura e Recreação;
 - c) coordenar com as outras instituições de comunicação social da Igreja e do país;
 - d) criar condições para a edição ou publicação periódica de um boletim informativo da Organização, em coordenação com todas as outras Comissões.

Artigo 83

(Comissão de Assuntos Sociais e Disciplina)

- 4. São competências da Comissão de Assuntos Sociais e Disciplina:
 - v) aconselhar os membros da Organização para ter um espírito de irmandade e respeito mútuo;
 - w) ajudar os membros da Organização na solução de seus problemas sociais;
 - x) promover palestras e estudos de educação moral e religiosa;
 - y) incentivar os membros a ter um comportamento exemplar;

- z) promover estudos de ética e moral cristã;
- aa) promover debates sobre a paz e sua importância.

Artigo 84
(Comissão de Organização e Conferências)

1. Compete à Comissão de Organização e Conferências:
 - a) garantir a assistência logística e administrativa às Conferências;
 - b) propor os delegados à Conferência Distrital e ou Anual;
 - c) organizar grupos de trabalho de apoio à Conferência.

SECÇÃO V

FAMÍLIA CONSELHEIRA

Artigo 85
(Competências)

1. São competências dos Conselheiros:
 - a) acompanhar todas as actividades da Organização, dando orientações aos dirigentes da organização;
 - b) aconselhar os jovens consciencializando-os para a observância de uma conduta cristã na tomada de decisões;
 - c) preparar e orientar seminários, palestras e estudos sobre a adolescência e vida conjugal;
 - d) participar nas Conferências, reuniões da Comissão Executiva e demais eventos no respectivo escalão, como membro *ex-officio*.

Artigo 86
(Designação)

1. A Família Conselheira é nomeada pela Junta Administrativa da Igreja no respectivo escalão, sob proposta da Comissão Executiva da Organização.

CAPITULO V

DOS MANDATOS

Artigo 87
(Duração dos mandatos)

1. Os membros de Direcção da Organização de Jovens Adultos são eleitos por escrutínio universal, directo, secreto e pessoal, para um mandato de dois anos para Paróquias e Distritos e quatro anos para Direcção Geral.
2. O membro da Organização só pode ser eleito por dois mandatos consecutivos para o mesmo cargo;
3. As candidaturas são voluntárias, podendo a Direcção da Organização, a pedido da Comissão Executiva, designar candidatos para determinados cargos, a ser entregue à Comissão Eleitoral.
4. As candidaturas são analisadas pela Comissão Executiva, que posteriormente remete ao aval do Órgão Directivo da Igreja no respectivo escalão, antes de submetê-las a votação final através da Comissão Eleitoral.

Artigo 88
(Criação da Comissão de Eleições)

1. Será criada, três meses antes do *términus* do mandato uma Comissão Eleitoral, com carácter transitório, cuja composição é da responsabilidade da Comissão Executiva, ouvida sempre que possível a Comissão de Nomeação;
2. O processo de eleições constará de um regulamento próprio a ser aprovado pela Comissão Executiva.
3. A Comissão Eleitoral é presidida pelo membro assistente da conferência, isto é, representante da Direcção Geral, da Direcção Distrital ou da Direcção Paroquial, dependendo do escalão da conferência.

Artigo 89
(Funcionamento da Comissão de Eleições)

A Comissão de eleições responde pelo seu trabalho à Comissão Executiva da organização, e goza de autonomia, independência e imparcialidade em relação a Direcção e outros órgãos da Organização no desempenho das suas funções.

Artigo 90 **(Competências)**

1. À Comissão Eleitoral compete:
 - a) organizar todo o processo pré-eleitoral, nomeadamente recolha de candidaturas e dos dados sobre a realização da campanha eleitoral;
 - b) fiscalizar o processo eleitoral, bem como garantir a sua realização;
 - c) garantir a transparência e a idoneidade do processo eleitoral, criando espaços e meios necessários, sempre que possível, para a realização da campanha eleitoral;
 - d) divulgar os resultados finais do escrutínio e o relatório ou informe geral sobre todo o processo eleitoral em ambiente solene, durante a realização da Conferência.

Artigo 91 **(Mandatos dos membros)**

1. Todas as irregularidades que sejam verificadas pela comissão eleitoral, serão enviadas à comissão executiva da organização e, uma vez analisados e confirmados pelo autor ou testemunha, a candidatura em causa será anulada;
2. Quando estiver em votação uma proposta ou candidatura e nenhuma delas tenha alcançado a maioria de votos exigidos, repetir-se-á a votação apenas com as duas mais votadas, em caso de empate, o Presidente ou dirigente que não participa normalmente na votação deverá desfazer o empate em causa, através do voto de qualidade.

Artigo 91 **(Tomada de Posse)**

A Comissão Executiva fixa a data para a entrega de pastas e tomada de posse dos eleitos, que não deve exceder a quarenta e cinco dias após a eleição.

CAPITULO VI

DOS FUNDOS

Artigo 93 **(Origem)**

1. São fundos dos Jovens Adultos Metodistas Unidos:
 - a) os deveres e contribuições dos seus membros;
 - b) as ofertas dos membros e de outras pessoas singulares e colectivas;
 - c) produtos das campanhas feitas pela Organização;
 - d) financiamentos feitos pela Igreja à Organização para a concretização dos seus projectos;
 - e) outros fundos, legalmente adquiridos nos trabalhos da Organização.
2. Em cada Conferência será aprovado um Orçamento para o funcionamento da Organização para o ano seguinte, devendo todas as despesas a efectuar obedecê-lo.

Artigo 94 **(Responsabilidades do Tesoureiro)**

1. O movimento dos fundos da Organização obedece as regras gerais em uso na Igreja Metodista Unida em Moçambique.
2. Os responsáveis pela movimentação dos fundos da Organização respondem pelos fundos usados quando não apresentem os respectivos justificativos.

CAPÍTULO VII

DIPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 95

(Emendas dos Regulamento)

1. O presente Regulamento poderá ser revistos sob proposta de pelo menos dois terços dos membros da Conferência Anual.
2. Uma vez submetidas à Conferência Anual as propostas de revisão, será criada uma Comissão para harmonização das propostas.

Artigo 96

(Disposição Subsidiária)

Tudo que esteja omissa no presente Regulamento, aplicar-se-ão as disposições do Livro de Disciplina da Igreja Metodista Unida em Moçambique.

Artigo 97

(Entrada em Vigor)

O presente Regulamento entra em vigor depois da sua aprovação pela Conferência Anual da Organização e pela Conferência Anual Geral.

Aprovado na _____ sessão Conferencial Anual

Manica, aos _____ de _____ de 2018

Publique-se!

O Presidente Geral

A Bispo

Maurício Carlos Raúl

Reverendíssima Joaquina Filipe Nhanala